

Políticas Públicas de Economia Solidária: uma Revisão da Literatura

Fernanda Machado Ferreira

Mestre em Administração Pública pelo PROFIAP/UFG

E-mail: ufg.fer@gmail.com

Leandro Lombardi

Mestre em Administração Pública pelo PROFIAP/UFG

E-mail: leolombardi@gmail.com

Maico Roris Severino

Professor de Engenharia da Produção

PROFIAP/UFG

E-mail: maicororis@gmail.com

Cláudia Regina Rosal Carvalho

Professora de Economia

Universidade Federal de Goiás – FACE/UFG e PROFIAP/UFG

E-mail: clregina@hotmail.com

Flávia Rezende Campos

Professora de Economia

Universidade Federal de Goiás – FACE/UFG

E-mail: flaviarezende@hotmail.com

Resumo: A Economia Solidária é um movimento que cresce no Brasil como forma de inclusão social e geração de renda. No entanto, esse tipo de economia ainda carece de mecanismos de apoio e consolidação de políticas públicas para o fortalecimento dessas práticas. Desse modo, o objetivo desse estudo foi realizar uma revisão da literatura da produção de estudos científicos sobre políticas públicas de economia solidária a fim de verificar quais as políticas públicas foram criadas no âmbito federal, estadual e municipal para fomentar a Economia Solidária. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico com o propósito exploratório e descritivo, considerando uma abordagem qualitativa dos estudos científicos analisados. Os resultados obtidos demonstram que ações políticas de fomento a esse tipo de economia têm abrangência nas três esferas governamentais e vem conseguindo apoio crescente dos governos. Esses avanços são essenciais para a consolidação da economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Economia Solidária. Desenvolvimento.

Abstract: *The Solidarity Economy is a movement that grows in Brazil as a form of social inclusion and income generation. However, this type of economy still lacks mechanisms to support and consolidate public policies to strengthen these practices. Thus, the aim of this study was to conduct a literature review of the production of scientific studies on public policies of solidarity economy in order to verify which public policies were created at the federal, state and municipal levels to foster Solidary Economy. To this end, a bibliographic survey was conducted with exploratory and descriptive purpose, considering a qualitative approach of the scientific studies analyzed. The results show that political actions to foster this type of economy have coverage in the three governmental spheres and have been getting increasing support from governments. These advances are essential for the consolidation of the solidarity economy as a development strategy and policy.*

Key words: *Public policy. Solidarity economy. Development*

JEL Code: O21, O1

1. INTRODUÇÃO

“A Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente (BRASIL-MTE, 2015, p.1).”

Esse tipo de economia surge como uma forma de organização do trabalho que busca minimizar as desigualdades sociais propagando valores de cooperação e solidariedade, já que o sistema econômico predominante na sociedade, apesar de possuir grande capacidade de geração de renda, evolui de forma desigual.

Diante desse contexto socioeconômico no Brasil, a economia solidária enfrenta grandes dificuldades, principalmente, para a inserção no mercado e para mobilizar um percentual maior de pessoas, e assim, seus atores têm chamado atenção para a vulnerabilidade dessa economia e para a necessidade do apoio e fomento das políticas públicas para intervir de forma a diminuir as dificuldades e suscitar a conscientização sobre o importante papel da economia solidária (NEVES, 2014).

Segundo Silva (2009), saber o papel do Estado em todas as esferas governamentais, conhecendo a forma como ele se insere e quais são as estratégias para a formulação de políticas públicas, é essencial para se ter maior abrangência das iniciativas de fomento à economia solidária.

E assim, ciente da importância da atuação do poder público na esfera da economia solidária, o objetivo desse estudo foi realizar uma revisão da literatura da produção de estudos científicos sobre políticas públicas de economia solidária a fim de verificar quais as políticas públicas foram criadas no âmbito federal, estadual e municipal para fomentar a Economia Solidária.

Para atingir o objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com caráter exploratório e descritivo, extraído-se nos estudos científicos, os programas governamentais que foram concebidos diretamente no contexto do movimento da economia solidária.

O presente trabalho apresenta a seguinte estrutura: aspectos teóricos permeando sobre políticas públicas, economia solidária como estratégia de desenvolvimento e políticas públicas de economia solidária. Em seguida, os aspectos metodológicos, os resultados e discussões encontrados e as considerações finais do estudo.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

No Brasil, a área de conhecimento de políticas públicas surge com transição do autoritarismo para a democracia, entre os anos de 1970 e 1980, momento também marcado pela institucionalização das ciências sociais que foram fundamentais para os aspectos específicos dessa área de estudos (HOCHMAN; ARRETCHE; MARQUES, 2007).

O conceito em si sobre políticas públicas não é único e não há uma melhor definição, e Souza (2007) fez uma comparação dessas principais definições sobre políticas públicas, conforme pode ser apresentada pelo quadro 1:

Quadro 1: Conceito de Políticas Públicas pelos principais autores.

AUTOR	CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Mead (1995)	Campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.
Lynn (1980)	Conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.
Peters (1986)	Soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.
Dye (1984)	O que o governo escolhe fazer ou não fazer.
Laswell (1958)	Decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Souza (2007)

A autora pontua que o conceito mais conhecido é de Laswell e sintetiza a política pública como sendo:

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2007, p. 26).

As políticas públicas distinguem-se em quatro tipos: políticas públicas distributivas, políticas públicas redistributivas, políticas públicas regulatórias e políticas públicas constitutivas.

As políticas distributivas possuem baixo grau de processos políticos e buscam favorecer um grande percentual de destinatários, mas tem escala relativamente pequena. As políticas redistributivas são orientadas para o conflito e buscam alcançar grandes contingências sociais. Já as políticas regulatórias, os processos de conflitos irão depender conforme a configuração específica das políticas, porque trabalham com as ordens e proibições, decretos e portarias. E as políticas constitutivas vão determinar as condições gerais que as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias serão negociadas, os procedimentos para que essas políticas entrem em vigor (FREY, 2000).

Assim, as políticas públicas podem possuir diversos objetivos e diferentes características e formatos, além do ciclo pelas quais percorre até chegar à sociedade.

Frey (2000) propõe a seguinte ordem sequencial para guiar o processo político-administrativo:

- Percepção e Definição de Problemas: nessa fase observa-se a existência de várias demandas políticas e a questão é que dentre essas várias opções, uma demanda específica se torna um problema público e irá gerar o ciclo da política.
- Agenda Setting: fase em que se define se um tema será inserido, excluído ou adiado da pauta política.
- Elaboração de Programas e de Decisão: nessa fase escolhe dentre as diversas alternativas de ação a mais apropriada para resolver o problema.
- Implantação de Políticas: fase que corresponde à concretização da alternativa escolhida, produzindo determinados resultados e impactos na política.
- Avaliação de Políticas e Correção da Ação: nessa fase avaliam-se os impactos efetivos e efeitos colaterais indesejados com o intuito de contornar as falhas em ações e programas futuros.

A forma de resolução de um problema político consiste numa sequência de passos, conforme o modelo de ciclos políticos, no entanto, os atores político-administrativos dificilmente se atêm a essa ordem na prática (FREY, 2000). Os problemas colocados na agenda das políticas públicas podem ser referentes a políticas setoriais para o melhor desenvolvimento e efetividade das políticas.

Nesse sentido, tem-se a política econômica de emprego, trabalho e renda. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2006) sintetiza a situação no que compete às políticas operantes nesse setor específico, a partir do Ministério do Trabalho e Emprego (Quadro 2).

Dentre as políticas públicas de emprego, trabalho e renda, está a economia solidária que foi introduzida no ano de 2003 na agenda pública do Brasil. Segundo o Plano Nacional de Economia Solidária, insere-se a economia solidária como política pública de governo com a perspectiva de se caracterizar como uma estratégia de desenvolvimento, alternativo ao modo de produção capitalista (BRASIL-SENAES, 2015).

Quadro 2: Principais Programas Federais de Emprego, Trabalho e Renda Operantes.

Principais Programas Federais de Emprego, Trabalho e Renda Operantes		
Nome	Descrição	Ano de Início
Abono Salarial	Benefício no valor de 1 SM anual, assegurado aos empregados que percebem até 2 SMs de remuneração mensal, desde que cadastrados há cinco anos ou mais no PIS/Pasep e que tenham trabalhado pelo menos 30 dias em um emprego formal no ano anterior.	1989 (1970 para contas individuais)
Intermediação de mão-de-obra/Sine	Captação de vagas junto a empresas e encaminhamento de trabalhadores em busca de emprego.	1977
Seguro-desemprego	Assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, em virtude da dispensa sem justa causa. Concedido em parcelas mensais, que variam de três a cinco, dependendo do número de meses trabalhados nos últimos 36 meses, para um período aquisitivo de 16 meses.	1986: trabalhador formal 1992: pescador artesanal 2001: trabalhador doméstico 2003: trabalhador resgatado
Qualificação Profissional	Oferta de cursos de qualificação profissional para trabalhadores desempregados ou em risco de desemprego e para microempreendedores.	1995
Geração de Emprego e Renda	Concessão de crédito produtivo assistido a micro e pequenas empresas, cooperativas e trabalhadores autônomos.	1995
Primeiro Emprego para a Juventude	Promoção do ingresso do jovem no mundo do trabalho por meio de qualificação profissional, estímulo financeiro às empresas contratantes, parcerias para contratação de aprendizes e apoio à constituição de empreendimentos coletivos pelos jovens.	2003
Economia Solidária	Apoio à formação e divulgação de redes de empreendimentos solidários pelo fomento direto, mapeamento das experiências e constituição de incubadoras.	2003

Fonte: Adaptado pelos autores a partir de BRASIL-IPEA (2006)

3. ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

A economia solidária é um projeto de sociedade que busca uma nova forma de organização econômica como estratégia de enfrentamento ao desemprego e à exclusão social. Segundo Gaiger (2003) a economia solidária rompe com as relações de produção capitalistas, introduzindo experiências populares pautadas em fundamentos de cooperação econômica e autogestão.

A competição gera sociedades fortemente desiguais e para que houvesse uma sociedade em que prevalecesse uma maior igualdade, seria necessário que a economia fosse solidária. Dessa forma, os membros da atividade econômica deveriam cooperar entre si. Assim, os que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar se organizam de forma igualitária. Todos os sócios possuem igual parcela do capital e o

mesmo direito de voto na tomada de decisão, e se a empresa progredir, acumular dividendos, todos ganham de forma equânime, e da mesma forma se houver dívidas e prejuízos, todos participam com igualdade para saldar os débitos (SINGER, 2002). A cooperação econômica é fundamental para esse tipo de economia que tem como princípio de propriedade coletiva e o direito de liberdade individual.

Outra característica fundamental da economia solidária é a autogestão. Sobre esse aspecto Singer (2002) aponta como a diferença principal entre uma economia capitalista e uma solidária, que corresponde à forma como as empresas são administradas. Aplica-se a heterogestão, na economia capitalista, que significa uma gestão hierárquica em que as informações são de baixo para cima e as ordens de cima para baixo, possuindo níveis sucessivos de autoridade. Na autogestão, característica das empresas socioeconômicas, a administração é democrática. A autogestão exige maior esforço dos trabalhadores da empresa que além das tarefas habituais devem se ocupar dos problemas gerais da organização e para isso é necessário que todos os sócios tenham conhecimento do que acontece e das alternativas possíveis para tomar decisões.

Essa nova forma econômica projeta consigo fundamentos de coletividade e solidariedade que são importantes para o cenário de grandes desigualdades sociais, no entanto, possuem desafios a serem enfrentados para que continue e cresça esse movimento.

Um estudo feito por Addor (2006) apresenta, de forma sistematizada, os principais desafios da economia solidária no Brasil:

- Estruturação da Comercialização: há inúmeras variáveis que influenciam na compra e venda de produtos de empreendimentos de economia solidária. Para a maior sustentação e desenvolvimento, um desafio a ser superado é construção vínculos para formar um mercado solidário, no qual os integrantes da rede criada buscariam comercializar produtos entre si. Além de buscar a formação de arranjos produtos para propiciar o desenvolvimento local por meio da economia solidária. O segundo desafio é o problema de obtenção de crédito, porque não há no Brasil uma política de crédito para empreendimento de economia solidária. O terceiro desafio nessa área de comercialização é a conquista de consumidores, para que opte por produtos de organizações solidárias de forma prioritária. E um último ponto, é a dificuldade de atuação em nível global desses empreendimentos e é importante que estes superem o alcance local.
- Manutenção da Consistência Ideológica: preocupa-se com a fidelidade aos fundamentos da economia solidária. À medida que se estabiliza e se consolida o empreendimento o aspecto ideológico pode ser ameaçado, acumula-se capital que pode gerar ambições individualistas dentro do grupo. Da mesma forma, à medida que a empresa cresce, as decisões passam a ter maior complexidade e urgência o que pode trazer conflitos para a forma horizontal de gerenciar essas organizações. Outra questão é a contratação de empregados que fere os conceitos da economia solidária e tem sido presente no cooperativismo brasileiro. Com isso é um desafio substancial o consenso quanto à consistência ideológica da economia solidária para sua consolidação.

- Contribuição Técnico-científica: nesse desafio há dois problemas cernes, a formação dos trabalhos e a contribuição dos acadêmicos. A autogestão, característica da economia solidária, exige a formação de todos os envolvidos no empreendimento, uma vez que além de ser necessário conhecimento na parte técnica, irá demandar conhecimento administrativo. Nesse sentido, a comunidade acadêmica é importante para além de transmitir conhecimentos já preconcebidos, desenvolver técnicas de gerenciamento de empresas de autogestão que são específicas e divergentes de empresas capitalistas. E após o desenvolvimento de novos conhecimentos, formular metodologias de ensino para o público-alvo em questão.
- Organização de Políticas Públicas: o desafio é incluir a economia solidária dentro do programa de desenvolvimento nacional, assim empreendimentos socioeconômicos seriam considerados na articulação de todas as políticas governamentais, sendo um vetor para o desenvolvimento. O governo, por meio das leis, deve contribuir para a sustentabilidade desse movimento, mantendo o cuidado de não tornar o vínculo forte, e assim, ameaçar a sobrevivência da economia solidária em mudanças governamentais.

Os desafios são diversos, no entanto, a economia solidária pode ser uma opção possível de “enfrentamento do processo de exclusão social, econômico e político, inclusive no combate à precarização das relações de trabalho, das condições de trabalho e vida, podendo representar os embriões da geração de uma nova estratégia política de desenvolvimento” (SILVA, 2010, p. 147).

Na superação desses desafios e no fomento da economia solidária como uma estratégia alternativa de desenvolvimento, as políticas públicas de economia solidária têm papel fundamental e contribuem de forma considerável, o que será tratado a seguir.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

As políticas públicas de fomento da economia solidária têm papel significativo no apoio, desenvolvimento e fortalecimento desses empreendimentos solidários.

Para Singer (2006, p. 205) as políticas públicas “são decisivas para ajudar os mais pobres a se auto-organizar, para coletivamente desenvolverem trabalho e obterem renda, uma vez que só fundos públicos têm capacidade para estender o avanço da economia solidária aos que mais carecem dela”.

As políticas públicas de economia solidária já atingiram as três esferas governamentais, o que demonstra sua relevância no contexto do país, e tem progredido na sua organização política, criando fóruns e redes para superar iniciativas isoladas e fragmentadas (SILVA, 2009; SILVA, 2011).

As articulações ganharam impulso, no final da década de 90, e se consolidaram com a criação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, no ano 2001, nos Fóruns Sociais Mundiais realizados no Brasil. Em 2002, foi realizada a Primeira Plenária Brasileira de Economia Solidária, com a elaboração de

uma Plataforma Nacional de Economia Solidária. No ano seguinte, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), fruto do esforço político conjunto de uma série de organizações, que atua na economia solidária. No mesmo período, em junho de 2003, realizou-se a Terceira Plenária Nacional de Economia Solidária, criando o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (SILVA, 2011, p. 10).

Além disso, existem fóruns estaduais, territoriais e municipais que tem como participantes empreendimentos, entidades de apoio, e rede de gestores públicos de economia solidária. Foram criadas novas organizações como a União das Cooperativas de Economia Solidária (UNICAFES) e a União e Solidariedade de Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social (UNISOL). Foram realizados, também, encontros para tratar do tema, como o I Encontro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (SILVA, 2011).

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) é considerada a grande propulsora da expansão a nível nacional da economia solidária. O objetivo da secretaria é “viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário” (BRASIL-SENAES, 2003, p.1).

Dessa forma, a política pública de empreendimentos de economia solidária é executada pela SENAES por meio de repasse de recursos a estados, municípios, universidades e organizações da sociedade civil que articulam projetos para apoiar e estimular o crescimento da economia solidária. Diversas ações são desenvolvidas pela SENAES, conforme exemplifica o quadro 3 (BRASIL-MTE, 2016):

Quadro 3: Ações da SENAES para Fomento da Economia Solidária.

Ações da SENAES para Fomento da Economia Solidária
Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (PPA 2012/2015)
Programa Nacional de Associativismo e Cooperativismo Social (Pronacoop Social)
Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC)
Programa de Resíduos Sólidos (PPA 2012-2015)
Ações Integradas
Catadores e Catadoras
Associativismo e Cooperativismo Social
Comércio Justo e Solidário
Finanças Solidárias
Formação
Incubação, Pesquisa e Extensão
Informações
Redes de Cooperação Solidária

Fonte: Adaptado pelos autores a partir de BRASIL-MTE (2016)

As ações da SENAES tiveram impacto considerável para o incentivo a economia solidária, conforme se pode constatar na tabela 1 que representa o orçamento executado pela secretaria e o número de beneficiários entre 2003 e 2009.

Tabela 1: Orçamento Executado pela SENAES/MTE e Número de Beneficiários.

ANO	ORÇAMENTO EXECUTADO	Nº BENEFICIÁRIOS
2003	R\$ 476.089,00	611
2004	R\$ 18.654.312,00	44.600
2005	R\$ 12.411.376,00	24.300
2006	R\$ 14.251.666,00	27.300
2007	R\$ 46.963.497,00	89.750
2008	R\$ 21.449.584,00	56.139
2009	R\$ 49.140.140,60	115.284
TOTAL	163.396.664,60	357.984

Fonte: Adaptado pelos autores a partir de SENAES/MTE, 2010 *apud* SILVA, 2011.

Conquistaram-se importantes espaços e ampliou parcerias para fortalecer a economia solidária, no entanto, os empreendimentos socioeconômicos ainda carecem de mais políticas públicas para sua consolidação, requer-se maior responsabilização pública estruturando o setor e proporcionando amparo aos trabalhadores, o que retrata a complexa tarefa de dar sustentabilidade e longevidade a essas iniciativas (SILVA, 2011; BARBOSA, 2007).

5. METODOLOGIA

O presente estudo tem o objetivo de realizar uma revisão de literatura da produção de estudos científicos sobre políticas públicas de economia solidária a fim de verificar quais as políticas públicas foram criadas no âmbito federal, estadual e municipal para fomentar a Economia Solidária.

Para isso, realizou-se um levantamento bibliográfico com a finalidade exploratória e descritiva, considerando a abordagem qualitativa com a exposição dos estudos analisados. Após a seleção dos artigos, realizou-se o estudo pormenorizado dos mesmos, a fim de identificar se havia menção de alguma política pública diretamente relacionada com o movimento de economia solidária. E, se sim, aspectos mais específicos eram investigados, como, autor e ano de realização da pesquisa, a esfera pública da política, nome dado e breve descrição do programa governamental, para assim, destacar a relevância da política pública de economia solidária para a estratégia de desenvolvimento e fortalecimento desse tipo de economia.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os vários estudos considerados trouxeram como resultados a articulação das diversas esferas de governo para promover, apoiar e fortalecer a economia solidária por meio de políticas públicas. Foram levantados 61 programas para o desenvolvimento da

Economia Solidária, sendo que a maior parte deles está na escala municipal, seguido pelos programas federais, como pode ser observado no gráfico 1:

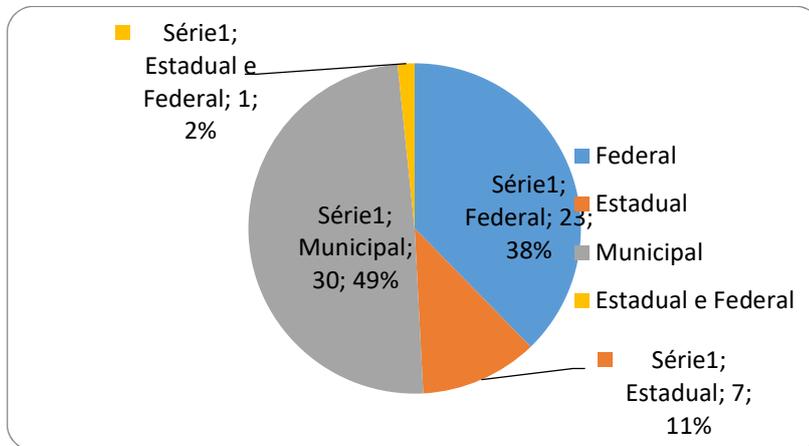


Gráfico 1 – Número de Programas Governamentais de Fomento à Economia Solidária de acordo com as esferas governamentais

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do levantamento bibliográfico.

Constata-se com a pesquisa que as políticas públicas voltadas para a economia solidária atingiram as três esferas governamentais (federal, estadual e municipal), o que corrobora para o entendimento que esse movimento tem crescido e mostrado sua relevância nas políticas sociais do país¹.

Dentre os estudos que houve menção de algum programa de política pública diretamente relacionado com a economia solidária, destaca-se, no âmbito federal, o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, citado por 7 autores, e também, o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), que foi citado por 6 autores.

O governo federal, em 2003, tornou a Economia Solidária como política integrante da agenda pública, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que foi inserida na estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, de acordo com Nagem (2011), tem sete eixos de ação: fomento, comercialização, sistema de informação em Economia Solidária, institucionalização de políticas públicas governamentais, apoio, assistência técnica, e contratação, capacitação e formação. Para alcançar esses objetivos, as ações foram contempladas em dois Planos Plurianais (PPAs): o de 2004-2007 e o de 2008-2011.

O outro programa de destaque a nível federal atinge as Incubadoras de Cooperativas Populares que utiliza “os recursos humanos e conhecimento da universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção

¹ - O Apêndice 1 apresenta um quadro com o panorama completo dos resultados obtidos com a pesquisa realizada.

de atividades autogestionárias, visando sua inclusão no mercado de trabalho” (GUIMARÃES, 2003, p. 111). Nesse programa, as universidades com projetos de ensino, pesquisa e extensão com a incubação de empreendimentos, tem contribuído de forma significativa para o fomento e fortalecimento da economia solidária.

Dentro dessa política de incentivo, por meio de incubadoras, o estudo de Monteiro (2009), Praxedes (2009) e Cunha (2002) chama a atenção para um avanço nas políticas públicas mostrando que foram criadas incubadoras para incentivar a Economia Popular e Solidária, mas agora, no domínio de prefeituras municipais, já que até então, no Brasil, existiam iniciativas ligadas apenas às universidades e ao terceiro setor. A exemplo tem-se as incubadoras de Paulista-PE, Santo André-SP, Osasco-SP, Mesquita-RJ e as do estado da Bahia. Praxedes (2009, p. 4) afirma que “essas experiências demonstraram a necessidade de ações concretas do ponto de vista da gestão pública”.

Na esfera estadual, ressalta-se o Programa de Economia Popular Solidária (ECOPOPSOL) do governo do estado do Rio Grande do Sul, desenvolvido na gestão entre os anos de 1998 e 2002. O programa foi pioneiro de abrangência estadual e institucionalizado pelo Decreto Nº 41.062, de 21 de Setembro de 2001. De acordo com esse decreto (BRASIL, 2001) a ação política tem como eixos: formação e educação em autogestão; capacitação do processo produtivo; financiamento; comercialização e incubadoras de economia popular solidária. Segundo o estudo de Silva (2009), foram formados e apoiados mais de 180 empreendimentos de economia solidária, os resultados foram considerados significativos, e apesar das ações estarem mais concentradas na região metropolitana de Porto Alegre, o programa conseguiu refletir de forma descentralizada e diversificada por todo o estado.

Nos programas de nível municipal é oportuno mencionar o estudo de Benini (2004) que trouxe 19 programas municipais de fomento a economia solidária, mostrando a diversidade dos programas, a capacidade de um local explorar suas potencialidades e a pulverização das ações públicas em prol desse tipo de economia.

Ressalta-se, também, o programa Oportunidade Solidária de São Paulo, implantado no período entre 2001-2004, que foi o mais citado no âmbito municipal, talvez pela relevância do programa e desafio de acontecer na principal cidade do país. De acordo com o estudo de Gomes e Alves (2005), o programa objetiva combater a exclusão por meio da criação de cooperativas populares, na pesquisa desses autores, constataram-se algumas fragilidades do programa, como em relação ao repasse dos recursos financeiros e na retenção dos beneficiários, no entanto, observam-se também avanços, na oportunidade de retorno aos estudos dos cooperados e do programa ter alcançado à população mais carente da cidade, criando uma relação do poder público com essa parcela da população.

Verifica-se com esta pesquisa que a economia solidária vem obtendo apoio crescente dos governos, e as políticas públicas tem se ampliado significativamente, em âmbito federal, estadual e municipal, com o estabelecimento de programas e ações de apoio.

Essa política de apoio a economia solidária apresenta uma nova concepção de políticas públicas de geração de trabalho e renda no Brasil, ao fomentar a formação de

empreendimentos coletivos e promover a capacitação técnica e produtiva dos membros, busca-se um desenvolvimento que não é pautado apenas no princípio capitalista e se estabelece novas tendências na relação entre Estado e sociedade (NATIVIDADE; PEREIRA; OLIVEIRA, 2011).

Esses avanços na concepção de políticas públicas são fundamentais para o desenvolvimento e esta pesquisa reflete o potencial investigativo e a riqueza da análise das políticas públicas em prol do desenvolvimento estratégico da economia solidária em todos os domínios da federação.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo propôs como objetivo geral realizar uma revisão de literatura da produção de estudos científicos sobre políticas públicas de economia solidária a fim de verificar quais as políticas públicas foram criadas no âmbito federal, estadual e municipal para fomentar a Economia Solidária.

Dessa forma, para atingir tal objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, identificando as ações de políticas públicas de economia solidária nas diversas esferas do governo. Destaca-se a nível federal o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento e o Programa Incubadoras de Cooperativas Populares. Em esfera estadual ressalta-se o Programa de Economia Popular Solidária do governo do estado do Rio Grande do Sul, e em esfera municipal, o Programa Oportunidade Solidária do município de São Paulo.

A contribuição desta pesquisa para o poder público consiste em evidenciar a diversidade dos programas existentes em favor da economia solidária para que possam potencializar e disseminar o desenvolvimento desse tipo de economia. Sugere-se para pesquisas futuras, um estudo abrangendo ações de políticas públicas distintas que podem estar dentro da conjuntura mais ampla da economia solidária, mas que não foram concebidos diretamente no contexto do movimento, devido ao caráter de transversalidade que essa política pública possui nas ações governamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDOR, Felipe. **Desafio da Economia Solidária no Brasil**: uma sistematização da literatura existente. Artigo acadêmico. 12 f. SOLTEC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

ALANIZ, Erika Porceli. **A Política Pública de Formação para Economia Solidária no Brasil (2003-2011)**: análise de um projeto PROESQ/PNQ executado pela Rede Abelha/RN e CFES nacional. Tese - Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2012, 370 p.

ARAÚJO, Herton Ellery; SILVA, Frederico A. Barbosa da Silva. Economia Solidária: um novo paradigma de política pública?. IPEA, 2005, 9 p.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. A Economia Solidária como Política Pública: uma Tendência de Geração de Renda e Ressignificação do Trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BENINI, Edi A. *et al.* Gestão Pública e Sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, v. 1, 1 ed., 2011, 480 p.

BENINI, Edi Augusto. **Políticas Públicas e Relações de Trabalho**: estudo sobre o processo e natureza da denominada “Economia Solidária”, enquanto política pública, a partir da investigação de alguns casos concretos. Dissertação - Escola de Administração de Empresas, FGV, São Paulo, 2004, 118 p.

BITELMAN, Marina Farkas. **A Disseminação das Políticas Públicas Locais de Economia Solidária no Brasil**: Os casos de São Paulo e Osasco. Dissertação - Escola de Administração de Empresas, FGV, São Paulo, 2008, 190 p.

BRASIL. Decreto nº 41.062, de 21 de setembro de 2001. Institui o Programa de Economia Popular Solidária e dá outras providências. Palácio Piratini, em Porto Alegre, 21 set 2001.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasil: o estado de uma nação – mercado de trabalho, emprego e informalidade, 2006/Paulo Tafner, editor. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia Solidária**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2015. Disponível em: < <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/o-que-e>>. Acesso em: 12/10/2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programas e Ações**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2016. Disponível em: < <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/programas-e-acoes>>. Acesso em: 14/10/2016.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Secretaria Nacional de Economia Solidária** – SENAES/MTE. Disponível em: <<http://www.economiaviva.com.br/?q=node/163>>. Acesso em: 14/10/2016.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Secretaria Nacional de Economia Solidária** – SENAES/MTE. Disponível em: < <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/EconomiaSolidaria/PlanoNacionalEcoSol.pdf> >. Acesso em: 14/10/2016.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Economia Solidária e Políticas Públicas**: reflexões a partir do caso do programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André - SP. Dissertação - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 171 p.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas**: Um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, nº 21, jun. 2000.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A Economia Solidária Diante do Modo de Produção Capitalista. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GOMES, V. P. G.; ALVES, M. O Programa Oportunidade Solidária e a emancipação: uma visão crítica. In: *Encontro Internacional de Economia Solidária*. 4., São Paulo, 2005. Anais... São Paulo: USP, 2005.

GUIMARÃES, G. Incubadoras de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs) *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

GUTIERREZI, Gustavo Luis. Economia Solidária: de movimento político a política de Estado. *ORG & DEMO*, v. 5, n. 1, p. 9-22, 2004.

HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E., orgs. *Políticas Públicas no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. 398p. ISBN 978-85-7541-350-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

LIMA, Jacob Carlos. **Economia Solidária: de movimento social a política pública**. UFSC, 2015, 27 p.

MELO, Creusa da Silva. **Política Pública de Economia Solidária no Brasil?** Avaliação política dos seus fundamentos ideológicos. Dissertação - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UFPE, Recife, 2012, 138 p.

MONTEIRO, Péricles Cerqueira. **A Economia Solidária como Política Pública: Desafios de uma construção – reflexões a partir da experiência Baiana**. Dissertação - Escola de Administração, UFB, Bahia, 2009, 154 p.

NAGEM, Fernanda Abreu. **Os Caminhos do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento**. Viçosa, 2011.

NATIVIDADE, Elisângela Abreu; PEREIRA, José Roberto; OLIVEIRA, Vânia Aparecida Rezende de. Gestão Social de Políticas Públicas de Geração de Trabalho e Renda: uma reflexão por meio das ações da Secretaria Nacional de Economia Solidária. *APGS*, Viçosa, v. 3, n. 1, p. 1-22, jan./mar. 2011.

NEVES, Ednalva Felix das. **Economia Solidária: alternativa ao sistema capitalista**. Disponível em: < <http://brasildebate.com.br/economia-solidaria-alternativa-ao-sistema-capitalista/>>. Acesso em: 12/10/2016.

PAMPLONA, Leonardo. **Políticas Públicas de Geração de Trabalho e Renda: o desafio da atuação do BNDES na Economia Solidária**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 30, p. 63-102, 2009.

PERES, Géssica; MARTINS, Leila Andréia Severo. Construção e Fomento de Políticas Públicas em Economia Solidária: a organização do Fórum Litorâneo de Economia Solidária. *RAI. RUM.*, vol. 02, n. 01, Rio de Janeiro, Jun. 2014, 14 p.

PRAXEDES, Sandra Faé. **Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias**. IPEA, 2009, 6 p.

SILVA, Andréia Vieira da. **Economia Solidária: uma estratégia política de desenvolvimento**. Tese – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPB, João Pessoa, 2010, 208 p.

SILVA, Sandro Pereira. Economia Solidária e Políticas Públicas de Desenvolvimento Local: Uma Análise de Dois Programas de Gestão Pública no Brasil. *Perspectivas em Políticas Públicas*, Belo Horizonte, v. II, n. 3, p. 45-67, jan./jun. 2009.

SILVA, Sandro Pereira; NAGEM, Fernanda Abreu. A Economia Solidária na Agenda das Políticas Públicas Nacionais: uma análise do programa Economia Solidária em desenvolvimento. *IPEA*, Brasília, 2011, 40 p.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Políticas Públicas de Economia Solidária: Avanços, Desafios e Perspectivas. *Diálogo*, Canoas, n. 18, p. 53-76, jan./jun. 2011.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. *IPEA*, 2009, 6 p.

SINGER, Paul. SENAES: uma experiência brasileira de política de economia solidária. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: UFRGS, p. 201-206, 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, . 20-45, jul./dez. 2006.

Apêndice 1

Programas Governamentais de Fomento à Economia Solidária no Brasil

Esfera Política	Nome Programa	Descrição do Programa	Autor(es) do Estudo Científico	Ano Publicação
Federal	Programa Economia Solidária em Desenvolvimento	Política de Formação em Economia Solidária, Mapeamento Nacional da Economia Solidária, Brasil Local e Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares.	Elisângela Abreu Natividade e José Roberto Pereira	2011
Federal	Política de Formação em Economia Solidária	Política de Formação em Economia Solidária tem o intuito de proporcionar cursos de economia solidária aos servidores dos três níveis de governo. Capacitaram-se 4300 trabalhadores e 800 educadores em nove redes de cooperação desse tipo de economia, em 2007 e 2008.	Elisângela Abreu Natividade e José Roberto Pereira	2011
Federal	Mapeamento Nacional da Economia Solidária	A realidade da economia solidária foi mapeada para fornecer informações que servem de subsídio orientar as ações de fomento da economia solidária. Em 2007, o “Atlas da Economia Solidária” foi desenvolvido e mostrou que no Brasil existia 22 mil empreendimentos econômicos, compreendendo cerca de 1,7 milhão de associados e que movimentavam, anualmente, cerca de R\$ 6 bilhões.	Elisângela Abreu Natividade e José Roberto Pereira	2011
Federal	Brasil Local	Busca o desenvolvimento por meio de agentes solidários em comunidades pobres. Entre os anos de 2005 e 2008, foram auxiliados 700 empreendimentos de economia solidária, dos quais participaram 45 mil trabalhadores do país.	Elisângela Abreu Natividade e José Roberto Pereira	2011
Federal	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares	Apoia e desenvolve as experiências de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares realizadas por universidades brasileiras. Esse programa em 2003 ampliou sua atuação, chegando a apoiar, aproximadamente, 80 incubadoras.	Elisângela Abreu Natividade e José Roberto Pereira	2011
Federal	Programa Economia Solidária em Desenvolvimento	O programa busca promover acesso a bens e serviços financeiros, de infraestrutura, conhecimentos (formação, assessoramento e assistência técnica) e organização de processos de produção e comercialização para subsidiar as principais demandas dos empreendimentos de economia solidária. A Secretaria Nacional de Economia Solidária, entre 2003 e 2009, executou um orçamento de R\$ 163,3 milhões e beneficiaram quase 358 mil trabalhadores.	Roberto Marinho Alves da Silva	2011
Federal	Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho	Atende às demandas das cooperativas da economia solidária e incentivar o cooperativismo autêntico na área de produção e prestação de serviços, buscando combater a exploração e precarização do trabalho em falsas cooperativas.	Roberto Marinho Alves da Silva	2011
Federal	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	Fortalecimento das instituições de microcrédito, como as cooperativas de crédito solidário, para ampliar a modalidade de financiamento de empreendimentos econômicos solidários. Dentre as ações, visou-se estimular parcerias com Bancos Públicos, para financiar empresas em regime de autogestão e cooperativas de catadores de matérias recicláveis.	Roberto Marinho Alves da Silva	2011
Federal	Programa Brasil Local	Busca promover a formação de empreendimentos de economia solidária, propiciando a geração de trabalho e renda e desenvolvimento de práticas autogestionárias. Capacitou-se, de 2005 a 2010, 1.500 agentes comunitários e, atualmente, 600 deles estão acompanhando centenas de empreendimentos econômicos solidários nos 27 estados da Federação.	Roberto Marinho Alves da Silva	2011
Federal	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares	Programa que possibilita atuar nas demandas dos empreendimentos de economia solidária, transmitindo conhecimentos e tecnologias sociais. Entre 2003 e 2010, a esfera pública apoiou 82 incubadoras universitárias, favorecendo diversos trabalhadores associados.	Roberto Marinho Alves da Silva	2011

p. 65 – Políticas Públicas de Economia Solidária: uma Revisão da Literatura

Esfera Política	Nome Programa	Descrição do Programa	Autor(es) do Estudo Científico	Ano Publicação
Federal	Política Nacional de Assistência Técnica aos Empreendimentos Econômicos Solidários	Visa assessorar trabalhadores em regime de autogestão nos processos de recuperação de empresas. Beneficiam milhares de trabalhadores nos segmentos da apicultura, algodão agroecológico, da coleta e reciclagem, entre outros.	Roberto Marinho Alves da Silva	2011
Federal	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares	Alunos, professores e funcionários das universidades são estimulados a organizar populações carentes em cooperativas para garantir acesso a trabalho e renda.	Gustavo Luis Gutierrez	2004
Federal	Mapeamento Nacional da Economia Solidária	Política que visou mapear a economia solidária em todo o país, possibilitando a construção de definições sobre economia solidária, empreendimento de economia solidária (EES), redes e complexos de empreendimentos, órgãos de fomento da economia solidária. O mapeamento é importante para fomentar e facilitar ações em prol da economia solidária.	Paul Singer	2009
Federal	Brasil Local	O programa conta com agentes de desenvolvimento solidário que assumem a responsabilidade de identificar potencialidades e dificuldades dos empreendimentos de economia solidária para dar assistência, mobilizando políticas nas três esferas governamentais.	Paul Singer	2009
Federal	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc)	As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) é um empreendimento de professores e alunos dispostos a incubar associados para criar em conjunto fontes de trabalho e renda, partindo de princípios de economia solidária. O programa surgiu em 1998, e inicialmente, ofereceu ajuda para 5 universidades criarem suas ITCPs, contando com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil e Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional (Coepe). E em 2003, houve ampliação do programa e hoje ultrapassa o número de 80 ITCPs no país.	Paul Singer	2009
Federal	Programa Economia Solidária em Desenvolvimento	Implementado pelo governo federal entre os anos de 2004-2007 e integrou as necessidades do movimento de Economia Solidária, que estavam sendo discutidas pelo Fórum Brasileiro e pelas resoluções da I Conferência Nacional e do Conselho Nacional.	Jacob Carlos Lima	2015
Federal	Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP	Programa com foco nas cooperativas que procura apoiar o desenvolvimento e a melhoria do desempenho econômico e social das mesmas.	Jacob Carlos Lima	2015
Federal	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc)	Programa iniciado em 1998 para estimular a criação de incubadoras nas universidades brasileiras. Em 2007, já apoiava 33 instituições localizadas em 17 unidades da federação.	Leonardo Pamplona	2009
Federal	Programa Economia Solidária em Desenvolvimento	Programa inserido no Plano Plurianual (PPA) do governo federal (2004-2007) o que gerou orçamento próprio para a Secretaria Nacional Economia Solidária e possibilitou a implementação de ações de fomento a Economia Solidária.	Leonardo Pamplona	2009
Federal	Programa Economia Solidária em Desenvolvimento	Objetiva fortalecer e divulgar a economia solidária. É a principal ação realizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária no âmbito de política pública para essa finalidade. Direciona-se ações para gerar trabalho e renda, inclusão social e desenvolvimento.	Creusa da Silva Melo	2012
Federal	Programa Economia Solidária em Desenvolvimento	Políticas integradas para articular formas de consolidar e promover a Economia Solidária.	Erika Porceli Alaniz	2012

Esfera Política	Nome Programa	Descrição do Programa	Autor(es) do Estudo Científico	Ano Publicação
Federal	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC	Programa que passou a ser coordenado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária em articulação com outros ministérios, a partir de 2003.	Erika Porceli Alaniz	2012
Federal	Programa Economia Solidária em Desenvolvimento	Programa com políticas direcionadas para assegurar recursos financeiros, qualificação, suporte técnico apropriado e mecanismos de comercialização de produtos.	Édi A. Benini Maurício Sardá de Faria Henrique T. Novaes Renato Dagnino	2011
Federal e Estadual	Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários	Em parceria com o Banco do Nordeste (BNB), a SENAES/MTE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o programa apoia às organizações, que atuam com Fundos Rotativos Solidários. Fornece recursos financeiros de ações produtivas associativas e sustentáveis na Região Nordeste e no Norte de Minas Gerais. A iniciativa expandiu-se para apoiar a mais 250 Fundos Rotativos Solidários do Brasil, a partir de 2010.	Roberto Marinho Alves da Silva	2011
Estadual	Programa de Economia Popular Solidária (ECOPOPSOL) do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1998/2002)	Fomenta a formação e aprendizado em autogestão, melhoria do processo produtivo, financiamento, comercialização e incubadoras de empreendimentos. Em diversos ramos de produção e serviços, foram estabelecidos e auxiliados mais de 180 empreendimentos econômicos solidários. Formou-se mais de 33 redes de cooperação em todo o Estado do Rio Grande do Sul, envolvendo cerca de 700 empreendimentos.	Sandro Pereira Silva	2009
Estadual	Programa Bahia Solidária	O programa visa estimular a economia solidária, fortalecer o associativismo e cooperativismo, para isso desenvolve ações de incentivo, crédito, capacitação e divulgação com políticas para gerar trabalho e renda, desenvolvimento justo e solidário com cidadania.	Péricles Cerqueira Monteiro	2009
Estadual	Programa Estadual de Incubadoras Públicas - Bahia	Fomenta empreendimentos populares e solidários que são norteados pela autossustentabilidade e por princípios de cooperativismo e economia solidária.	Péricles Cerqueira Monteiro	2009
Estadual	Programa Boa Pesca - Bahia	Nas comunidades pesqueiras, visava formar agentes para desenvolver práticas solidárias e difundir os conhecimentos, com base na construção coletiva e no desenvolvimento local.	Péricles Cerqueira Monteiro	2009
Estadual	Programa de Economia Popular e Solidária - Rio Grande do Sul	Experiência pioneira no âmbito estadual, criado em 1999, o programa é voltado para a formação de cooperativas e recuperação de empresas falidas. Como resultado já orientou e estruturou, com base na autogestão, cerca de 120 cooperativas no período, em variados ramos de produção e serviços.	Leonardo Pamplona	2009
Estadual	Programa de Economia Popular Solidária (ECOPOPSOL) - Rio Grande do Sul	O programa Economia Popular Solidária do Rio Grande do Sul foi primeiro programa no Brasil, realmente estruturado, a manifestar a economia solidária como estratégia de política pública.	Sandro Pereira Silva e Fernanda Abreu Nagem	2011
Estadual	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Vale do Itajaí – ITCP/UNIVALI	Incubadora atua na formação da Rede de Políticas Públicas e tem como principal estratégia a organização dos processos de articulação e incentivo das políticas públicas em Economia Solidária dos empreendimentos assessorados pela incubadora que compreendem os municípios da região litorânea do estado de Santa Catarina.	Géssica Peres e Leila Andréia Severo Martins	2014
Municipal	Programa Oportunidade Solidária (OS) da Prefeitura Municipal de São Paulo (2001/2004)	O programa visa de uma forma distinta da lógica do assalariamento, combater o desemprego e a pobreza na cidade de São Paulo, fornecendo aos grupos de trabalhadores a base necessária para a formação de empreendimentos autogestionários. Ele esteve presente em 45 de 96 Distritos Administrativos no município, e foi implantado pelas chamadas Instituições Parceiras	Sandro Pereira Silva	2009

p. 67 – Políticas Públicas de Economia Solidária: uma Revisão da Literatura

Esfera Política	Nome Programa	Descrição do Programa	Autor(es) do Estudo Científico	Ano Publicação
		Incubadoras (IPI), formadas por ONG, Universidades e a ANTEAG. No total, foram contratadas 15 entidades executoras, além de centenas de agentes multiplicadores que trabalhavam na formação.		
Municipal	Programa Associação de Recicladores de Caxias do Sul	Em Caxias do Sul para gerar trabalho e renda, dá-se assistência à associação de recicladores visando a auto-sustentação das famílias envolvidas.	Edi Augusto Benini	2004
Municipal	Programa Mutirão em Autogestão em Ipatinga-MG	Em Ipatinga, para a construção de moradia, coloca-se em prática a experiência autogestionária. O programa municipal constrói moradias por mutirão sob gestão de entidades comunitárias.	Edi Augusto Benini	2004
Municipal	Projeto educação para o trabalho e a cidadania (PETC) em Porto Alegre - RS	Na cidade de Porto Alegre a iniciativa tem o intuito de qualificar trabalhadores sem acesso ao sistema tradicional de formação profissional, criam-se formas para gerar trabalho e renda, em regime de autogestão. O foco da política é à população de baixa renda, desempregada e com idade superior.	Edi Augusto Benini	2004
Municipal	Programa Grupo comunitário de autogestão em Joaquim Távora - MG	Para tentar reduzir problemas de falta de recursos de pequenos produtores e ociosidade de mão-de-obra, o programa visa gerar emprego, renda e incentivar grupos formais e informais de autogestão.	Edi Augusto Benini	2004
Municipal	Programa Capacitação em Autogestão em Fortaleza - CE	O programa objetiva fortalecer a organização dos artesãos, fornecer assessoria técnica e gerencial para aperfeiçoamento da comercialização, autogestão e sustentação do empreendimento.	Edi Augusto Benini	2004
Municipal	Programa Associação de Recicladores em Caxias do Sul - RS	O programa tem parcerias com várias ONGs e compreende 180 famílias de Caxias do Sul-RS. A associação de recicladores tem como base a idealização da cidadania por meio do acesso ao trabalho de forma coletiva e autogestionária, e a contribuição com a preservação do meio ambiente.	Edi Augusto Benini	2004
Municipal	Programa de desenvolvimento local em Pirai - RJ	Com atuação nas áreas industrial, agrícola e de cooperativa, o programa incentiva empreendimentos econômicos. Desenvolve a integração de empreendimentos populares às cadeias produtivas, assegurando acesso a crédito, capacitação e assessoria técnica, além de estabelecer selo de comércio solidário.	Edi Augusto Benini	2004
Municipal	Programa Grupo de artesões Cooperados em Santos - SP	A meta é a autosustentação dos grupos com uma proposta de cooperativa de produção, explorando a identidade turística da cidade, para isso promove a capacitação, profissionalização e viabilização da geração de renda por meio do artesanato local.	Edi Augusto Benini	2004
Municipal	Projeto Cooperar em Fortaleza - CE	Refere-se a uma incubadora de empreendimentos de economia solidária que assessora no estabelecimento de redes de organizações solidárias para uma gestão com desenvolvimento sustentável, utilizando tecnologia tradicional e de ponta.	Edi Augusto Benini	2004
Municipal	Programa Agência de fomento do Amapá s/a em Macapá - AP	O programa fornece, a empreendedores populares que visam ter o próprio negócio, mecanismos e ferramentas de crédito para fortalecer a cultura empreendedora, popular e solidária.	Edi Augusto Benini	2004
Municipal	Projeto Banco do Povo de Recife em Recife - PE	Desenvolve uma política de crédito para a Economia Popular e Solidária, direciona, capacita e qualifica empreendedores, buscando a melhoria técnica, gerencial e a sustentabilidade dos negócios.	Edi Augusto Benini	2004
Municipal	Programa Redes de cooperação em Porto Alegre - RS	Impulsiona a prática de ação conjunta, formando redes interorganizacionais, para fortalecer micro e pequenas empresas. Oferecem parcerias com universidades, metodologia específica, consultores especializados e suporte técnico para o bom resultado das redes.	Edi Augusto Benini	2004
Municipal	Programa Rede de Economia	Em Camaçari, os beneficiários do programa recebem acompanhamento, apoio e orientação na gestão dos empreendimentos, qualificação dos produtos,	Edi Augusto Benini	2004

Esfera Política	Nome Programa	Descrição do Programa	Autor(es) do Estudo Científico	Ano Publicação
	Solidária em Camaçari - BA	comercialização e formação das redes de produção. É uma estratégia de combate à pobreza e de promoção social.		
Municipal	Programa de Incubadora de cooperativas em Embu - SP	Busca a inserção no mercado de trabalho da população de baixa renda desempregada, para isso, organiza, forma e profissionaliza cooperativas diversas, como de prestação de serviço, construção, condutores e guardadores de carro, artesanato.	Edi Augusto Benini	2004
Municipal	Programa de Cooperativismo de trabalho, administração, gestão e cidadania em Maringá - PR	O programa acompanha e assessora, a organização das mulheres do bairro em torno de uma cooperativa de confecção e facção dentro do princípio da Economia Solidária.	Edi Augusto Benini	2004
Municipal	Programa de educação cooperativa a união faz a vida – projetos cooperativos e ambientais em Santa Bárbara do Sul - RS	Propaga o espírito de cooperativismo dentro da temática de meio ambiente, levando a ideia às escolas de ensino fundamental por meio de cursos, seminários, palestras, trabalho em grupo, encontro de coordenadores e visita às escolas.	Edi Augusto Benini	2004
Municipal	Programa de Ação Integrada – PAI em Diadema - SP	No município de Diadema-SP, as ações partem de diferentes secretariats e departamentos da prefeitura para erradicação da pobreza e inclusão de trabalhadores adultos desempregados no mercado, dessa maneira, promovem qualificação profissional e fomenta negócios coletivos com os princípios da economia solidária.	Edi Augusto Benini	2004
Municipal	Projeto de geração de emprego e renda em Pirapora - MG	O público alvo do programa são pessoas sem ou com baixa renda, e busca a organização em formas coletivas de trabalho. Promove-se curso de capacitação profissional, oficinas de autogestão, assessoria na legalização e regulação de documentos e registros.	Edi Augusto Benini	2004
Municipal	Programa Oportunidade Solidária Prefeitura de São Paulo - SP	Programa vinculado a Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade em parceria com as universidades, FGV e USP, por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. O intuito é estimular a autogestão e o empreendedorismo pela economia solidária.	Edi Augusto Benini	2004
Municipal	Programa Incubadoras de Cooperativas Prefeitura Municipal de Santo André	Programa vinculado a Secretaria de Desenvolvimento e Ação Regional - Departamento de Geração de Trabalho e Renda que objetiva criação de cooperativas autênticas. Apoia iniciativas de produção autogestionárias e melhoria da distribuição de renda.	Edi Augusto Benini	2004
Municipal	Projeto Educação para o Trabalho e Cidadania (PETC), o Projeto Ações Coletivas (PAC) e as Incubadoras Populares de EES - Porto Alegre-RS	Fomenta ações de capacitação profissional, geração de trabalho e renda por meio do cooperativismo e da economia solidária, foi a primeira política pública local com esse enfoque em empreendimentos econômicos solidários, teve início em 1994/1995, foi implementada pela Supervisão de Economia Popular, ligada à Secretaria Municipal da Indústria e Comércio	Marina Farkas Bitelman	2008
Municipal	Programa Incubadora de Cooperativas (PIC) – Santo André	A Fundação Santo André implementou o programa e ele integrava a política de economia solidária da prefeitura e contava com outras parcerias.	Marina Farkas Bitelman	2008
Municipal	Programa Oportunidade Solidária - Prefeitura São Paulo	O programa Oportunidade Solidária foi um dos pioneiros programas públicos de Economia Solidária no Brasil e procurava gerar oportunidades de trabalho e renda nesse tipo de economia.	Marina Farkas Bitelman	2008

p. 69 – Políticas Públicas de Economia Solidária: uma Revisão da Literatura

Esfera Política	Nome Programa	Descrição do Programa	Autor(es) do Estudo Científico	Ano Publicação
Municipal	Programa Osasco Solidária	Implementado na gestão do município a partir de 2005, estimula a economia popular e solidária, assessorando o estabelecimento desses empreendimentos.	Marina Farkas Bitelman	2008
Municipal	Programa Oportunidade Solidária - Prefeitura Municipal de São Paulo	Na esfera municipal, foi um dos programas iniciais de maior destaque, especialmente, devido ao grande desafio de ser implementado na maior metrópole do país.	Sandro Pereira Silva e Fernanda Abreu Nagem	2011
Municipal	Programa Oportunidade Solidária - São Paulo	Política pública que objetiva a inclusão social com vistas ao combate a pobreza como estratégia.	Herton Ellery Araújo e Frederico A. Barbosa da Silva	2005
Municipal	Incubadoras Públicas de Economia Popular e Solidária	Programa que traz grande avanço nas políticas públicas, uma vez que foram criadas incubadoras para fomentar a Economia Popular e Solidária, mas no domínio de prefeituras municipais, como exemplo de Paulista-PE, Santo André-SP, Osasco-SP, Mesquita-RJ e as do Estado da Bahia.	Sandra Faé Praxedes	2009
Municipal	Programa Incubadora de Cooperativas de Santo André-SP	Incubadora, criada na gestão do município entre os anos de 1996-2000, de domínio da prefeitura municipal de Santo André com parte integrante da política de geração de trabalho e renda, no qual o Estado busca qualificar a sociedade civil para gestão coletiva, participativa e autônoma.	Gabriela Cavalcanti Cunha	2002
Municipal	Programa Oportunidade Solidária – São Paulo	Programa de incentivo ao empreendedorismo individual e coletivo, além do cooperativismo e da prática autogestionária.	Gabriela Cavalcanti Cunha	2002

Fonte: Elaborado pelos autores.